



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17892 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT22 - Educação Ambiental

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA 2030: REFLEXÕES À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

Ádria Maria de Oliveira Ribeiro - UFS - Universidade Federal de Sergipe

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA 2030: REFLEXÕES À LUZ DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

---

Palavras-chaves: Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2023, a 28ª Conferência das Partes (COP) sobre mudanças climáticas, realizada pela ONU nos Emirados Árabes Unidos, discutiu a Educação Ambiental (EA) e estabeleceu metas para alcançar a estabilidade sustentável e segurança climática. Em resposta à crise socioambiental, foram instituídos a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégias integradas ao sistema capitalista. Este resumo expandido trata-se de um recorte da dissertação de mestrado, em andamento, que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), em que busco analisar como os Livros Didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021, e adotados pela rede pública de ensino de Sergipe, tratam da problemática socioambiental.

Desse modo, o objetivo deste resumo é desenvolver uma revisão de literatura para promover a EA Crítica como uma abordagem mais profunda e integrada para lidar com questões socioambientais, em contraste com a EDS e os ODS. Assim, as abordagens metodológicas deste estudo qualitativo, consistiram nas seguintes etapas: a) levantamento e estudo bibliográfico; b) análise documental com base na técnica Análise Textual Discursiva (ATD) e no aporte teórico utilizado;

e c) interpretação e contextualização dos resultados. Para isso, foi utilizado como fontes as produções disponibilizadas no portal da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) selecionando exclusivamente estudos nacionais na forma de artigos, com um recorte temporal de 2015 a 2024, na área de Ciências Humanas.

Diante do exposto, foram selecionados 16 artigos como fontes de pesquisa. Em seguida, realizou-se a leitura para obter uma compreensão geral dos textos utilizando as seguintes etapas da ATD: identificação das unidades de sentido a partir de fragmentos textuais; categorização dessas unidades em temas; e interpretação das informações, que revelou a necessidade de revisar a intencionalidade da EDS e dos ODS. As unidades de sentido referem-se ao que foi dito e o que não foi dito nas produções, de acordo com os contextos inseridos indo além da simples identificação da problemática presente. De acordo com Moraes e Galiuzzi (2013), a ATD visa aprofundar a compreensão dos textos para aprofundar a compreensão de seus sentidos e significados. As categorias surgiram no processo de interpretação e organização dos dados textuais, com o intuito de agrupar as unidades de sentido.

Assim, foi necessário adotar uma postura crítica e ativa em relação às questões analisadas, interseccionada a subjetividade da pesquisadora, emergiram as seguintes categorias para análise: Desenvolvimento Econômico; Limitações dos ODS; EA Crítica; Crise Ambiental; Universidades e Pesquisa; Política e Formação Docente. Logo, foram feitas as descrições dessas categorias compreendendo-as nas perspectivas dos(as) autores(as), para desenvolver concepções significativas e construir uma compreensão profunda acerca das abordagens.

## **2 ANÁLISE DA DIMENSÃO AMBIENTAL PRESENTE NA EDS E NOS ODS**

A ciência e a educação, trabalhadas de forma concomitante, podem auxiliar em novas estratégias em prol ao enfrentamento da problemática socioambiental, no que diz respeito aos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, degradação e injustiça ambiental. A dimensão que apresenta um potencial transformador para relacionar novas estratégias a esses riscos citados, é a EA (Araújo, 2004). Porém, por vezes é perceptível que a pesquisa científica não é considerada, quando não vai de acordo com o sistema que predomina na sociedade, ocasionando uma falta de diálogo com ambas as partes, que prejudica além do Meio Ambiente, as pessoas existentes nele.

Dependendo do quadro político em questão, podem ser adotadas diferentes concepções da EA, que alteram sua unidade de sentido, podem parecer análogas, porém apresentam propostas diferentes do que se quer produzir, como e para

quem. Como foi o caso da denominação EDS, que emergiu em 2005 a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para considerar uma alternativa de educação que favorecesse um “capitalismo sustentável” e o desenvolvimento econômico. Por essa razão, foi instituída, no capítulo 36 da Agenda 21, uma reorientação do ensino voltada para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Layrargues (2020), o sistema capitalista considera os interesses socioambientais como impedimentos ao desenvolvimento econômico e adota uma postura de negacionismo climático, ignorando os movimentos ambientalistas e os problemas socioambientais. Apesar das críticas à EDS como substituta da EA nas escolas, ela foi incluída na agenda ambiental da ONU. Na COP 28 em 2023, durante a formulação da Agenda 2030, foi apresentado um plano para implementar a EDS e estabelecer 17 ODS. Rufino, Camargo e Sanchez (2020) criticam a nomenclatura “desenvolvimento sustentável” como sucessora da EA, ao contextualizar a realidade histórica do Sul, desde a colonização, e questionam o termo 'desenvolvido' argumentando que, ao nos 'des-envolvermos', perdemos o envolvimento com o meio ambiente e os seres vivos, o que dificulta a sensibilidade e a preocupação com os problemas que nos afetam.

Em 2000, a ONU organizou a Cúpula do Milênio em Nova Iorque, criando a Agenda 2030, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com oito metas a serem alcançadas com prazo de vigência até 2015 (Alves, 2015). Conforme Correa e Alves (2005), os ODM simplificaram a agenda dos anos 90 e estabeleceram metas ingênuas para enfrentar a problemática socioambiental, além de terem sido instituídos sem uma discussão participativa e engajada da sociedade. Os ODM apresentaram oito objetivos, conforme observados na figura 1, a seguir:

Figura 1 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



Fonte: ODM Brasil, 2019.

Vale destacar que, em 2015, após concluir que os ODM não foram alcançados, a ONU, realizou simultaneamente três eventos: a Reforma do sistema financeiro global e apoio ao desenvolvimento em Addis Abeba, na Etiópia; a Aprovação dos ODS, em Nova Iorque, Estados Unidos; e o Acordo global para conter o aquecimento global na COP-21, em Paris (Alves, 2015). Tais eventos consideraram a criação e implementação dos ODS, já que as metas estabelecidas anteriormente não foram totalmente alcançadas. Assim, a ONU ajustou o período para atingir os objetivos, com a argumentação de que o tempo disponível havia sido insuficiente para promover o desenvolvimento humano (Carvalho; Barcellos, 2015).

Os ODM não foram considerados um fracasso político, pois aumentaram a visibilidade da ONU e promoveram avanços sociais. No entanto, a crise socioambiental atual exige ações mais específicas. Em 2024, a UNESCO e o MEC no Brasil decidiram criar materiais didáticos para implementar a EDS e os 17 ODS no currículo educacional, conforme decidido na COP 28. Essa iniciativa inclui fichas pedagógicas para orientar professores da educação primária, alinhando-se à Agenda 2030 (Moreira; Loureiro, 2023). Os ODS podem ser observados na figura 2, a seguir:

Figura 2 – Os 17 ODS da agenda 2030, propostos pela ONU.



Fonte: ONU, 2024.

Em 2015, a ONU realizou um encontro oficial que decidiu a adoção dos ODS, com uma agenda global composta por 17 objetivos, 169 metas e mais de 300 indicadores, que visa ações em áreas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero e mudança climática. Entretanto, apesar de apresentarem melhorias com novas metas mais inclusivas para as comunidades vulneráveis, é necessário analisar criticamente essa mudança, pois, apesar de os objetivos anteriores não terem sido totalmente concluídos, eles foram

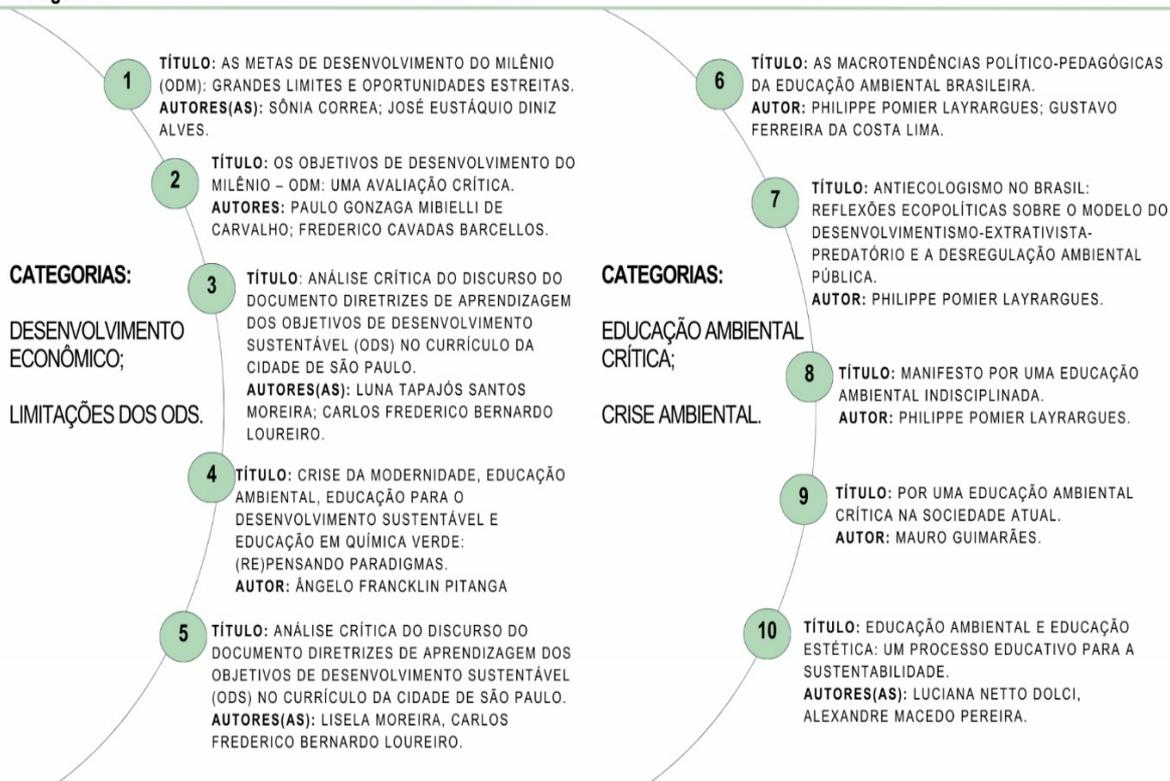
ampliados. Isso pode dar a impressão de que os ODS são mais uma proposta ilusória, difícil de ser atingida dentro de um sistema capitalista.

## **2.1 Trabalhos selecionados e Categorias emergentes**

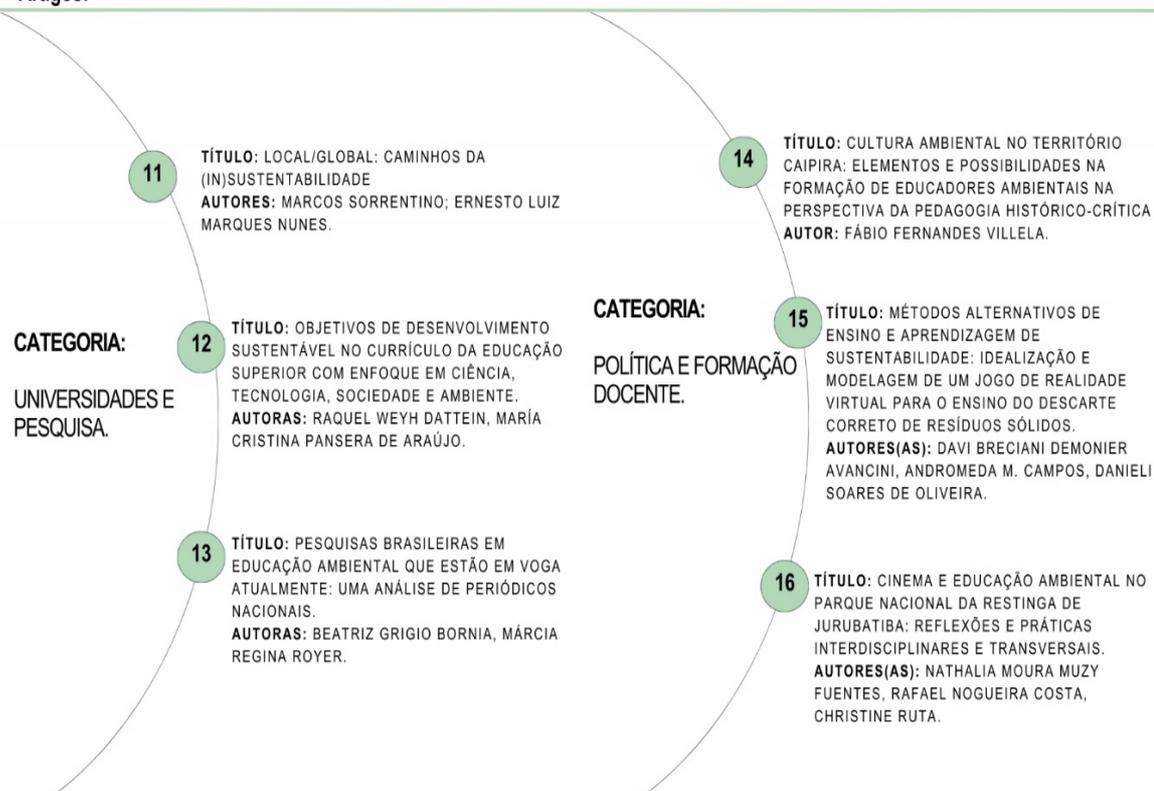
Após a realização do levantamento bibliográfico no periódico da CAPES, foram selecionados 16 trabalhos que abordam tanto a EA quanto a EDS e os ODS. Ao analisá-los, foram identificadas seis categorias principais: a) Desenvolvimento Econômico; b) Limitações dos ODS; c) EA Crítica; d) Crise Ambiental; e) Universidades e Pesquisa; e f) Política e Formação Docente. Essas categorias emergiram a partir da interpretação dos dados, à luz da ATD. As fontes selecionadas para esta pesquisa e as categorias classificadas podem ser visualizadas na Figura 3, a seguir:

**Figura 3** – Trabalhos selecionados para análise e Categorias emergentes.

## Artigos:



## Artigos:



Fonte: Elaboração própria, a partir do levantamento bibliográfico realizado no periódico da CAPES.

Nos artigos 1, 2, 3, 4 e 5 (Figura 3), foi identificada uma crítica ao

desenvolvimento econômico, especialmente no campo educacional. Foi apontado nessas obras que, apesar das boas intenções, a EDS e os ODS ainda priorizam o crescimento econômico e falham em resolver problemas persistentes na sociedade. Tal interpretação é sustentada pelo exemplo do acesso universal à saúde reprodutiva, cuja meta foi adiada para 2030 sem garantias de que será efetivamente alcançada (Alves, 2015). De acordo com a ONU (2024), os ODS foram organizados em quatro dimensões principais: social (incluindo saúde, educação e justiça), ambiental (abrangendo a preservação do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas), econômica (relacionada ao uso de recursos naturais e à produção de resíduos) e institucional (focada na capacidade de implementar os ODS). Contudo, observa-se a ausência de uma dimensão essencial para a organização da sociedade: a dimensão política.

Na obra “Política e Educação”, Freire (2001) argumenta que a qualidade da educação não depende apenas de técnicas ou desenvolvimento econômico, mas dos valores da prática educativa. A educação deve estar vinculada aos contextos sociais e políticos, adaptando-se às necessidades e culturas locais, com o objetivo de promover uma transformação social crítica e emancipatória, refletindo as circunstâncias locais e engajando os indivíduos de maneira crítica em resposta às demandas sociais específicas (Freire, 2001). Por essa razão, a dimensão política da educação não pode ser ignorada.

Nesse sentido, a EA Crítica foi considerada a abordagem mais adequada para ser implementada nas escolas, com o objetivo de promover uma prática transformadora e emancipatória. Isso foi evidenciado nos trabalhos 6, 7, 8, 9 e 10 (Figura 3), que destacam a emergência da crise ambiental e a urgência de adotar a EA Crítica para efetivamente alcançar os ODS. Dessa forma, o reajuste priorizando a EDS e os ODS, se apresentou como um retrocesso nas pesquisas relacionadas a EA, sobretudo os que defendem sua perspectiva na abordagem crítica, visto que não houve um consenso em considerar que soluções que visem o desenvolvimento econômico vão inferir para promover uma educação emancipatória, justa e transformadora para todos(as) (Layrargues, 2020).

Neste sentido, diante das premissas dos ODS e conforme observado nos trabalhos 11, 12 e 13 (Figura 3) foi possível interpretar que eles buscam atender às necessidades humanas de forma ampla, sendo que essa abrangência pode enfraquecer os enfrentamentos da problemática socioambiental e aumentar a dificuldade para implementar soluções concretas e eficazes. Na visão de Layrargues (2020), o modelo de desenvolvimento proposto dentro de um sistema capitalista pode falhar em promover mudanças reais na sociedade, como a erradicação da pobreza. Isso ocorre porque a base do capitalismo é o acúmulo de riquezas nas mãos de uma classe dominante, o que perpetua um modelo econômico desigual e difícil de ser superado (Guimarães, 2013).

Além disso, é possível perceber que, para a EDS, as iniciativas individuais são vistas como soluções para a problemática socioambiental, o que não corresponde à realidade. As propostas dos ODS não se alinham com a EA na perspectiva crítica, apresentando uma abordagem mais voltada para o a abordagem conservacionista e pragmática (Layrargues; Lima, 2014). Isso resulta em ações pontuais, como a redução do uso de água nos domicílios e a reciclagem. Nesse ínterim, existe uma crise ambiental que exige uma abordagem mais profunda e sistêmica, que inclui a crítica, por exemplo o uso da água pelas grandes indústrias, uma questão que não é abordada pelos ODS. Isso ocorre porque os ODS atendem aos interesses capitalistas, e criticar as grandes indústrias pode comprometer o desenvolvimento econômico desejado.

Na categoria Universidades e Pesquisa foi destacado que os interesses econômicos não devem sobrepor a qualidade da educação. Na visão de Furtado (1974), o desenvolvimento econômico é um mito que os seres humanos se esforçam para seguir, pois, segundo sua pesquisa, o desenvolvimento econômico consolidado com a Revolução Industrial foi universalizado para atender a um padrão de consumo vivido pelas pessoas em países altamente industrializados. Esse conceito é uma extensão da ideologia do progresso em que a sociedade brasileira se baseia, uma vez que essa crença beneficia principalmente a classe burguesa, não atingindo os mais vulneráveis no contexto social (Furtado, 1974).

É importante destacar que essas proposições evidenciam a necessidade de regulamentação de políticas, especialmente no que diz respeito à formação docente, que demanda priorizar a abordagem crítica na EA, conforme indicado nos trabalhos 14, 15 e 16 (Figura 3). A partir desta discussão, podemos compreender que a EDS e os ODS não são suficientes para promover transformações efetivas no contexto emergente de crise ambiental, especialmente considerando as desigualdades sociais que permeiam o sistema capitalista. Conforme Layrargues e Lima (2014), seria oportuno promover a EA de forma crítica nas instituições de ensino, visando enfrentar a problemática socioambiental de maneira mais abrangente. Na perspectiva de Moreira e Loureiro (2023), os impactos dos ODS como principal abordagem no sistema escolar podem ser negativos e não atingir os resultados esperados, uma vez que seus objetivos são formulados de maneira bastante generalista e superficial.

Conforme Sorrentino e Nunes (2020), as universidades e a pesquisa em educação podem contribuir para a potência de agir diante da problemática socioambiental, com geração de conhecimento, formação inicial e continuada, sensibilização, parcerias e colaborações. Entretanto, o crescimento econômico não é sustentável, já que sem medidas adequadas para atingir o desenvolvimento acaba ocorrendo uma grande exploração do meio ambiente focada no consumo excessivo e a exploração da natureza, o que pode causar um esgotamento desses

elementos naturais, trazendo impactos negativos tanto para o meio ambiente, como para a humanidade (Rufino; Camargo; Sanchez, 2020).

Na visão de Nascimento *et al.* (2023) a EA crítica é fundamental para enfrentar a problemática socioambiental, pois forma pessoas a tomar decisões que consideram o bem-estar coletivo e a redução das degradações ambientais. A abordagem da dimensão da EA nas escolas é essencial, sendo necessário integrá-la nas perspectivas histórica, política e cultural, além de refletir o papel ético da cidadania ambiental ao desenvolver estratégias eficazes contra a problemática socioambiental (Araujo; Modesto; Santos, 2016). A EA crítica deve ser uma prioridade nas políticas e currículos educacionais, para promover práticas pedagógicas transformadoras e uma abordagem mais consciente da crise ambiental (Araújo, 2004).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi evidenciado que, embora a EA tenha sido consolidada e reconhecida por meio de trabalhos acadêmicos, a sua aplicação muitas vezes enfrenta resistência, especialmente dentro de um sistema capitalista que prioriza o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental. Dessa forma, os ODM se mostraram insuficientes por sua abordagem simplista e falta de participação social além do fato que não foram plenamente alcançados. Esse impacto negativo persistiu em relação à eficácia dos ODS, especialmente no contexto de um sistema capitalista que continua priorizando o crescimento econômico sobre a justiça ambiental.

A integração dos ODS no currículo educacional, como proposto pela UNESCO e pelo MEC não são suficientes para o enfrentamento da problemática socioambiental. Assim, foi destacado a perspectiva crítica da EA como uma alternativa mais completa para o enfrentamento da crise ambiental. Em contraste com a abordagem mais conservacionista dos ODS, a EA Crítica promove uma reflexão mais profunda e um engajamento crítico com as realidades sociais e políticas, o que é essencial para promover transformações significativas na sociedade. É crucial uma abordagem educativa alinhada com os contextos sociais e políticos locais para enfrentar as desigualdades e promover uma cidadania ambiental mais engajada e transformadora.

### REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O MITO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**. EcoDebate, 2015.

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira. **A DIMENSÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira; MODESTO, Mônica Andrade; SANTOS, Tatiana Ferreira. **CAMINHOS E DILEMAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.11, n.2 – pags. 129-136, 2016.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de. BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica**. Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2014.

CORREA, Sônia. ALVES, José Eustáquio Diniz. **AS METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM):** Grandes limites e oportunidades estreitas. Rio de Janeiro, Campinas, REBEP, v. 22, n. 1, 2005.

FREIRE, Paulo. **POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ensaio/ Paulo Freire – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.**

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GUIMARÃES, Mauro. **POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA SOCIEDADE ATUAL**. Periódicos UFPA. V. 7, N° 9, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Ambiente e Sociedade, v.17, n.1, p.23-40, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **MANIFESTO POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INDISCIPLINADA**. Ensino, Saúde e Ambiente – Número Especial, pp. 44-88, junho 2020.

MOREIRA, Luna Tapajós Santos; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Análise crítica do discurso do documento Diretrizes de Aprendizagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Currículo da Cidade de São Paulo. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 10, p. 1–15, 2023.

NASCIMENTO, Luanne Michella Bispo; ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira; D'AMBROSIO, Izabel Silva Souza; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E O CURRÍCULO SERGIPANO:** a utilização das TDIC e da metodologia da problematização para subverter a lógica mercadológica do dispositivo curricular. ENCITEC – Santo Ângelo - Vol. 14, n. 1., p. 262-278, jan./abr. 2024.

RUFINO, Luiz Rufino; RENAUD CAMARGO, Daniel; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental Desde El Sur: A perspectiva da Terrexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7, n. Especial, p. 1–11, 2020.

SORRENTINO, Marcos; NUNES, Ernesto Luiz Marques. **LOCAL/GLOBAL: CAMINHOS DA (IN)SUSTENTABILIDADE**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 4, n. 42, p. 363–389, 2020.

ONU, **Organização das Nações Unidas**. Declaração Universal dos Direitos Humanos da

